

Uma proposta teórica e metodológica para a análise da cobertura noticiosa de manifestações sociopolíticas no Brasil

A theoretical and methodological proposal for the analysis of the news coverage of socio-political events in Brazil

Vanessa BELTRAME¹

David RENAULT²

Resumo

Os protestos no Brasil não tendem a ser fatos corriqueiros e nem isolados. Com base nesse entendimento, este artigo busca lançar uma ideia metodológica que permita compreender de que maneira a imprensa noticia os atos de ocupação do espaço público com fins de reivindicação social e política. Para isso, buscaremos revelar estruturas de cobertura de protesto nos movimentos das Diretas Já, dos Caras-pintadas, das Jornadas de Junho e das manifestações de 2015, nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*.

Palavras-chave: Protestos. Imprensa. Cobertura. Jornalismo. Brasil.

Abstract

Protests in Brazil do not tend to be common place nor isolated facts. Based on this understanding, our article aims to launch a methodological idea that allows to understand how the media announces acts of public space occupation with social and political purposes. For this, we will aim to reveal structures of the covering of protests on the movements of the Direct Elections Now, the Painted-faces, the Days of June and the 2015 demonstrations, on the newspapers *Folha de S.Paulo* and *O Globo*.

Keywords: Protests. Media. Cover. Journalism. Brazil.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) na Linha de Pesquisa Jornalismo e Sociedade. E-mail: vanessa.beltrame07@gmail.com

² Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Associado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: renauld.david@gmail.com

Introdução

Esta pesquisa destina-se a entender de que maneira a imprensa brasileira cobre as manifestações populares que clamam por mudanças de cunho sociopolítico no país. O objetivo da investigação é analisar, em dois jornais de circulação nacional - *Folha de S.Paulo* e *O Globo* – conteúdos noticiosos sobre quatro momentos históricos distintos que têm em comum os levantes populares que arrastaram cidadãos brasileiros ao espaço público³ com a finalidade de protestar.

A investigação começará com as *Diretas Já*, de 1984, movimento através do qual a população exigia a eleição de um presidente pelo voto popular após 20 anos de ditadura militar; seguirá com os *Caras-pintadas*, de 1992, que pediam o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello; continuará em 2013, nas *Jornadas de Junho*⁴, conjunto de manifestações populares que buscava mudanças políticas no Brasil, após se iniciar com reivindicações de redução do preço da passagem de ônibus em diversas capitais; e terminará em 2015, com os *protestos contrários ao governo da presidenta*⁵ *Dilma Rousseff*, em 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, além de *um ato em defesa do governo*, no dia 13 de março.

Esses quatro momentos históricos distintos foram escolhidos devido ao alcance nacional de suas manifestações. Não obstante, é necessário destacar que esta pesquisa terá ênfase na análise dos episódios de protesto, ou seja, naqueles momentos em que os cidadãos ocuparam fisicamente o espaço público com o objetivo de se manifestar, e não na contextualização dos movimentos que englobaram esses acontecimentos.

Neste artigo, para a divulgação do método, serão analisadas a primeira edição dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* a fazer referência aos protestos relacionados a cada um desses quatro eventos, limitando nosso *corpus* aos conteúdos noticiosos que renderam chamadas de capa. Para a investigação, optamos por utilizar uma Análise de

³ Entendem-se o espaço público e a esfera pública como termos sinônimos. Definimos o conceito como o lugar (não necessariamente físico) para onde se encaminham e onde se discutem os temas que afetam a sociedade.

⁴ “Jornadas de Junho” é a alcunha dada aos protestos que se espalharam por várias cidades do Brasil em junho e julho de 2013. O termo foi amplamente utilizado no primeiro livro publicado sobre o tema, o *Cidades Rebeldes* (2013), e também será adotado neste projeto.

⁵ Embora não haja consenso sobre a flexão de gênero da palavra “presidente” na norma culta da língua portuguesa, quando nos referirmos a Dilma Rousseff, usaremos a palavra “presidenta”, por uma questão política de empoderamento de gênero.

Conteúdo, a fim de categorizar, mapear e organizar informações, identificando pontos relevantes das coberturas.

Ações coletivas e jornalismo

O movimento de sair às ruas com a finalidade de mostrar descontentamento e reivindicar mudanças sociopolíticas será estudado nesta pesquisa com o objetivo de compreender de que maneira a mídia impressa constrói seu relato noticioso sobre esses momentos. Esse acontecimento, a que chamamos, a princípio, de protesto, de manifestação ou de ato, está contextualizado, geralmente, em movimentos bem mais amplos, que permeiam por muito tempo os veículos noticiosos e que acabam formando uma cadeia cujas consequências envolvem, entre outras, a realização de mais manifestações populares.

Ao analisar esse tipo de ações coletivas em Portugal, Estanque (1999, p. 108) afirma que elas são maneiras de medir a “democracia representativa” e de “fornecer novas pistas acerca da construção de uma cidadania democrática mais ativa e participada”.

As experiências de acção coletiva ocuparam e continuam a ocupar um papel decisivo na reestruturação identitária e na modelação da dimensão comunitária ao produzirem discursos, orientações e subjectividades colectivamente partilhados, sejam eles dirigidos para a defesa das raízes e do passado, sejam direccionados num sentido prospectivo e orientados para o futuro. (ESTANQUE, 1999, p. 99)

Sobre a relação da mídia com essas manifestações populares, o autor (*id.*, p. 107) não nega a “força indutora de passividade” que os *mass media* conferem aos cidadãos, padronizando estilos de vida e modelos de consumo, mas não acredita que eles, por si só, sejam capazes de “asfixiar por completo a ação coletiva e a rebeldia popular”, assumindo que essas coletividades podem, inclusive, se valer da visibilidade proporcionada pelas coberturas jornalísticas a fim de impactar a opinião pública, buscando mais aderência à sua causa.

O conceito de opinião pública⁶ foi associado ao trabalho da imprensa por diversos autores, como McCombs (2009, p. 18), que acredita que o “estágio inicial na formação da opinião pública” reside na habilidade que a mídia tem de “influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública”, ou seja, a função de *agendamento*⁷ da imprensa. Para o autor, a ligação entre os veículos noticiosos e a opinião pública remete às ideias de Walter Lippmann, que insiste na necessidade de distinguir *notícias* e *verdade*, uma vez que as notícias têm por função “sinalizar um evento”, e a verdade funciona para “trazer luz aos fatos escondidos, pô-los em relação um com o outro e fazer uma imagem da realidade com base na qual os homens possam atuar” (LIPPMANN, 2010, p. 304).

Porém, cabe ressaltar que não é correto dizer que a notícia decorre de uma fabricação da realidade.

Uma vez que não há nem a capacidade de coletar a informação sobre todos estes eventos nem a capacidade de contar à audiência sobre eles, os jornalistas apóiam sobre um conjunto de normas profissionais que guiam sua seleção diária do ambiente. O resultado é que os veículos noticiosos apresentam uma visão limitada do ambiente mais amplo, algo como a visão altamente limitada do mundo exterior disponível através de uma estreita fresta das janelas de alguns edifícios contemporâneos. (MCCOMBS, 2009, p. 44-45)

Portanto, é possível inferir que os relatos sobre protestos construídos pela imprensa através das notícias não são verdades absolutas da maneira como os atores sociais agiram ou deixaram de agir, mas sim uma versão de verdade dirigida pelo jornalista que conta a história.

Embora não seja nossa intenção fazer deste um estudo de recepção, consideramos que a grande imprensa nacional, representada nesta pesquisa pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, teve papel importante na formação da opinião pública acerca de todas as manifestações populares que serão analisadas neste trabalho. Isso porque, no Brasil, o cidadão ainda costuma encontrar dificuldades para acessar a

⁶O conceito de opinião pública, segundo a Enciclopédia INTERCOM de Comunicação (2010, p. 892), “diz respeito à existência de um debate, do confronto ou referendo de uma multiplicidade de argumentos sobre uma questão de interesse restrito ou ampliado no espaço público”.

⁷ O agendamento (ou Teoria da Agenda) não será protagonista na discussão desta pesquisa e, por isso, não será abordado em profundidade.

informação completa e objetiva sobre diferentes assuntos, sendo geralmente influenciado pela agenda da mídia.

Nas manifestações de 2013, por exemplo, cartazes encontrados nos atos de rua em diversas cidades mostraram que os manifestantes - entre eles um grande número de jovens - se consideram “sem voz pública, isto é, sem canais para se expressar e ter sua voz ouvida” (LIMA, 2013, p. 90). Mesmo com o advento de novas tecnologias e de expressões na internet das redes sociais, não há garantia de inclusão da maioria da população no debate público “cujo monopólio é exercido pela velha mídia”.

Os protestos enquanto acontecimentos jornalísticos

Ainda que os jornalistas tenham o costume de afirmar que os dias na redação não tendem a ser sempre iguais, o exercício do Jornalismo em uma empresa de mídia implica, sim, certa rotina nas operações que levam os jornais às bancas. Nesse contexto, Traquina (2005a, p. 193) afirma que o trabalho dos jornalistas é mais eficaz quando eles conhecem “formas rotineiras de processar diferentes tipos de ‘estórias’ noticiosas”.

Mesmo que sigam uma rotina, o que torna os dias tão diferentes na percepção dos profissionais de mídia, principalmente na dos repórteres, são os *acontecimentos*. Alsina (2009), diz que o acontecimento é um fenômeno social, determinado histórica e culturalmente, através do qual se inicia o processo de produção da notícia.

Para Rodrigues (1999, p. 27) entre muitos fatos, o acontecimento jornalístico desponta como “um acontecimento de natureza especial”, que se destaca “em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades”, em que a perspectiva de ser noticiado depende essencialmente de seu caráter de imprevisibilidade. O autor (*id.*, p. 28) defende três registros de noticiabilidade dos fatos para que eles se tornem acontecimento: o do excesso, o da falha e a inversão. Ao pensar na aplicação desses registros nos fatos que são objetos desta pesquisa, os protestos, é possível enxergar a noticiabilidade em cada um dos três.

O *registro do excesso*, que Rodrigues diz ser a “irrupção por excelência do funcionamento anormal da norma” está presente na reunião de um grande número de pessoas buscando um objetivo comum, normalmente a alteração de uma ordem. O *da falha*, que resulta da “insuficiência no funcionamento normal e regular dos corpos”, é

notado naqueles protestos em que o fluxo do trânsito é interrompido, ocasionando congestionamentos, ou que os trabalhadores de órgãos institucionais devem parar suas atividades em decorrência de uma manifestação, como vimos o Congresso Nacional interromper o expediente em 2013 em uma tentativa de não oferecer suposto risco aos parlamentares e a seus funcionários frente à multidão que se aglomerava em seus gramados. Por fim, a *inversão*, que Rodrigues chama de “acontecimento-boomerang”, é aquele em que o feitiço se volta contra o feiticeiro, exemplificado com o fato da inesperada mordida do homem em um cachorro. A nosso ver, esse registro pode ser enxergado na revolta da população, que tenta interferir na organização política de maneira inesperada, uma vez que sua intervenção deve ocorrer ativamente apenas nas eleições, a cada dois anos, para dar continuidade a nosso sistema político representativo, em que cabe ao cidadão escolher para ser representado, mas não influir diretamente na tomada de decisões.

Molotch e Lester (1999, p. 35) explicam que o acontecimento existe sempre que uma ocorrência se materializa como “um objeto do mundo social” e serve como “recurso para a construção de acontecimentos no futuro”. Isso significa, portanto, que os acontecimentos ajudam a organizar as experiências individuais e coletivas no mundo. No nível individual, essa organização decorre por meio de eventos que funcionam como pontos de referência para uma pessoa, como os aniversários, os nascimentos, as mortes, etc., ocorrências úteis ao demarcarmos o tempo. Já na coletividade, esses pontos referenciais também operam, só que de maneira compartilhada. Os autores (*id.*, p. 36) chamam de tempo público a “dimensão da vida coletiva, através da qual as comunidades humanas vêm a ter [...] um passado padronizado e perceptualmente compartilhado, presente e futuro”.

Ao escrever sobre os acontecimentos, sugerindo que eles são “a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema de informação”, Mouillaud (2012, p. 70) cita os estudos da socióloga Gaye Tuchman, para afirmar que a interpretação das notícias ocorre a partir de acordos entre agentes. O autor (*id.*, p. 79) também traz à luz a percepção de que “o acontecimento é móvel”, e que se trata “de um fragmento extraído de uma totalidade que por si só não pode ser compreendida”.

Desta maneira, o Mouillaud introduz o conceito do *enquadramento*, que, originado no cinema e na fotografia, sinaliza uma moldura gerada a partir de um corte

(separando o fato daquilo que o envolve) e de uma focalização (reverberando as relações entre os objetos e os indivíduos inseridos no fato para um único centro), cujo produto principal é a *cena*. Podemos, então, pensar nos protestos de rua como uma reunião de muitas e diferentes cenas, e que algumas delas são enquadradas para construir um sentido sobre movimentos políticos muito mais amplos e abstratos (que vamos conhecer como as Diretas Já, os Caras-pintadas, as Jornadas de Junho, os Protestos de Março).

Alsina (*id.*, p. 133) diferencia *acontecimento* de *notícia* através do ponto de referência, em que o primeiro seria uma mensagem recebida, enquanto o segundo seria uma mensagem emitida. Para que o acontecimento vire notícia, segundo o autor (*id.*, p. 153), ele depende de “uma valorização socialmente assumida, embora não [...] necessariamente compartilhada”. E é nessa seleção de acontecimentos que surge o conceito de valores-notícia ou de critérios de noticiabilidade, que discutiremos a seguir.

Os valores-notícia

Dentro do processo de produção da informação, que conhecemos como *newsmaking*, os estudos se articulam em torno de duas abordagens principais, segundo Wolf (2002, p. 188): “a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos”.

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas - para adquirirem a existência pública de notícias. (WOLF, 2002, p. 189-190)

Partindo das ideias de Wolf e de outros estudiosos, Traquina (2005b) separa os valores-notícia como sendo *de seleção*, que se originam nos critérios substantivos de Wolf, e *de construção*, que “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (TRAQUINA, 2005b, p. 78).

Dentro dos fatores de seleção, há ainda mais uma subdivisão, entre os critérios *substantivos* e os *contextuais*. Os primeiros referem-se àqueles incluídos na avaliação

do acontecimento no que diz respeito à sua importância ou interesse. Entre eles, o autor (2005b) cita a *morte*, a *notoriedade*, a *proximidade*, a *relevância*, a *novidade*, o *tempo*, a *notabilidade*, o *inesperado*, o *conflito* (ou controvérsia), a *infração* e o *escândalo*.

Os protestos em geral, incluindo as ações coletivas desses quatro momentos históricos que escolhemos, atendem a grande parte desses valores-notícia de seleção propostos por Traquina (2005b). Por exemplo: a proximidade, devido à ocorrência dos fatos nas cidades em que se sediam as publicações; a relevância, porque os acontecimentos têm impactos não apenas sobre as pessoas, mas também sobre o cenário político do país; a novidade, pois são acontecimentos espaçados no tempo, sem ocorrência constante; a notabilidade no envolvimento de uma quantia considerável de pessoas; o inesperado daqueles protestos que surpreendem e se tornam mega-acontecimentos; o conflito, quando há violência no embate entre manifestantes e forças do estado ou entre os próprios indivíduos no protesto; e a infração, registrada em atos criminosos, como depredação do patrimônio e vandalismo.

Já os critérios contextuais aparecem no processo de produção da notícia, e não nas características do acontecimento em si. Por isso, é mais difícil identificá-los no jornal já publicado sem consultar aqueles que estiveram envolvidos no processo de produção. Entre esses fatores, Traquina aponta a *disponibilidade* (questão logística da cobertura do fato); o *equilíbrio* (quantidade de conteúdo já publicado sobre determinado assunto); a *visualidade* (elementos imagéticos, como as fotografias e as filmagens); a *concorrência* (busca pela exclusividade); e o *dia noticioso* (acontecimentos que competem entre si pelo espaço midiático).

Escolhas e procedimentos metodológicos

Para Rodrigues (2012, p. 227), o discurso é o “principal produto e o resultado final” do funcionamento da instituição midiática. Essa definição é relevante para nosso trabalho, pois é o processo de construção desse produto que pretendemos entender ao fim da pesquisa. Cabe ressaltar que, ainda que estejamos falando em discurso, não é nossa intenção fazer análises linguísticas e de sentido nos textos jornalísticos publicados, mas buscar elementos referenciais do Jornalismo que elucidem como a

imprensa chegou a esse produto final, e não de que maneiras ele pode vir a ser interpretado pelo público.

Com base nesse argumento, estudaremos a cobertura dos protestos (ora chamados pelos jornais de manifestação, ora de comício, ora de marcha) que tomaram as ruas nos quatro momentos históricos que definimos, conforme as datas a seguir: entre os meses de janeiro e abril de 1984 (*Diretas Já*); entre os meses de agosto e setembro de 1992 (*Caras-pintadas*); nos meses de junho e julho de 2013 (*Jornadas de Junho*); e nos meses de março, abril e agosto de 2015 (*atos pró e anti-governo*).

Analisaremos, nos períodos citados, todas as capas da *Folha de S.Paulo* e de *O Globo* a fim de selecionar aquelas que apresentem alguma chamada sobre os atos de rua. Quando houver chamadas de capa, buscaremos também o material interno para investigação.

Ao investigar a midiaticização desses quatro eventos, escolhemos os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* devido ao caráter de cobertura nacional dos periódicos, e também porque essas duas publicações estiveram presentes em todos os episódios a serem analisados, já tendo construído alguma credibilidade junto ao público.

Nessa perspectiva, buscaremos compreender a estrutura de cobertura e de noticiabilidade dos protestos no Brasil, lançando mão de uma Análise de Conteúdo, que, segundo Bardin (1977, p. 38) busca a “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. Embora nosso interesse seja no conteúdo noticioso, durante todos esses períodos, interpretaremos também os editoriais para destacar os que falam do assunto e de que maneira se posicionam sobre ele para, de tal modo, tentar compreender se a política da empresa aparece ou interfere de alguma forma no noticiário.

Optamos pela Análise de Conteúdo porque entendemos que ela pode apontar caminhos para reflexões profundas sobre o problema que estamos propondo. Por isso, decidimos criar um quadro de análise que nos possibilite mapear e contabilizar características que julgamos ser relevantes para o resultado da pesquisa, e interpretá-las a fim de chegar a respostas mais qualitativas.

Esse método, que usa técnicas quantitativas para chegar a uma abordagem qualitativa dos resultados é bastante utilizado não apenas no Jornalismo, mas em toda a área das Ciências Sociais, uma vez que

A contagem da manifestação dos elementos textuais que emerge do primeiro estágio da análise de conteúdo servirá apenas para a organização e sistematização dos dados, enquanto as fases analíticas posteriores permitirão que o pesquisador apreenda a visão social de mundo por parte dos sujeitos, autores do material textual em análise. (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2011, p. 4)

Conforme Bardin (*id.*, p. 95), a primeira fase dessa metodologia é a pré-análise, ou seja, a “organização propriamente dita”. Assim, iniciamos a busca a partir de uma pesquisa que nos permitiu sistematizar as datas em que começaram e terminaram os movimentos de cada um desses momentos históricos, e em quais períodos eles se acentuaram. Definimos, então, por utilizar apenas aqueles conteúdos jornalísticos que valeram chamadas nas capas, até para destacar a sua relevância. A busca foi iniciada pelo ano de 1984, e seguiu-se em ordem cronológica.

Selecionadas as edições que contemplavam nossos critérios, demos início à exploração, por meio de uma análise temática – conforme ensina Bardin (*id.*) – com a finalidade de categorizar os tópicos mais relevantes. A partir dessa orientação e da contextualização teórica propostas, concebemos o modelo de quadro de análise a seguir.

Quadro 1: Modelo de quadro de análise

1. Veículo: <i>Folha de S.Paulo ou O Globo</i>	2. Data: <i>DD/MM/AAAA</i>	3. Editoria: <i>Em que parte do jornal o conteúdo foi apresentado e organizado.</i>
4. Chamada de capa: <i>Título da chamada na capa.</i>		
5. Destaque na capa: <i>Manchete ou secundário, com ou sem texto de apoio, com ou sem foto.</i>		
6. Editorial do dia: <i>Título e pequeno resumo do conteúdo opinativo da empresa.</i>		
6.1. O assunto é a manifestação? <i>Sim ou não.</i>	6.2. Apresenta-se a favor do ato? <i>Sim, não ou não se aplica.</i>	
7. Conteúdo noticioso interno		
7.2. Cartola: <i>Se existe, qual a retranca usada acima do título.</i>	7.3. Título: <i>Título (ou títulos, se houver mais de um) do conteúdo noticioso interno.</i>	
7.4. Cobertura fotográfica: <i>Quantas fotos relacionadas ao ato aparecem na capa e nas páginas internas.</i>	7.5. Assinatura: <i>Quem assina como responsável pela afirmação.</i>	
7.7. Participação e fontes que a estimam: <i>Quantas pessoas participaram e quem é a fonte dessa informação.</i>		
7.8. Personagens: <i>Pessoas cujos nomes aparecem no texto, seja como fonte de informação ou como parte daquela narrativa. Estão divididos nas seguintes subcategorias: políticos, locutor, artistas, manifestantes, mortos; críticos ao acontecimento; ministros, secretários ou assessores; representantes de entidades civis; detidos; prejudicados pelo acontecimento; policiais; feridos; manifestantes pagos; e cientistas.</i>		
8. Palavras que definem o acontecimento: <i>Aquelas palavras que dão nome ao acontecimento e quantas vezes elas aparecem no conteúdo interno.</i>		
9. Palavras que definem os personagens que participam do acontecimento: <i>Aquelas palavras que nomeiam as pessoas que estão no acontecimento e quantas vezes elas aparecem no conteúdo interno.</i>		
10. Descrição do acontecimento: <i>Expressões-chave usadas para descrever de que maneira ocorreu o acontecimento.</i>		
11. Descrição dos personagens que participam do acontecimento: <i>Expressões-chave usadas para descrever de que maneira se comportaram as pessoas que estão nas ruas.</i>		
12. Critério de noticiabilidade na chamada: <i>Baseada nos critérios que explicamos no primeiro capítulo, a subcategoria abrange a proximidade, a relevância, a novidade, a notabilidade, o inesperado, o conflito, e a infração.</i>		
13. Síntese do conteúdo noticioso: <i>Um resumo do que ocorreu, a partir de uma analogia ao lead, usando os resultados encontrados acima no quadro como referência.</i>		

Fonte: os autores

As categorias de 1 a 5 foram criadas como forma de organizar o conteúdo coletado, a fim de apontar em que espaços eles estão inseridos na distribuição do veículo e qual é a sua relevância na edição. Já a sexta pergunta refere-se ao conteúdo editorial do dia, com o objetivo de entender se ele está ou não em concordância com os acontecimentos (caso o assunto seja o mesmo), ou seja, se ele se mostra favorável ou contrário às manifestações.

A partir da sétima questão, falamos do conteúdo noticioso em si. *Cartola e título* podem revelar os critérios de noticiabilidade, já a *cobertura fotográfica* e a *assinatura* apontam, a nosso ver, a atenção dispensada pelo jornal ao fato, no caso, destacando a cobertura fotográfica ou enviando equipe de reportagem ao local do fato.

Em *Participação e fontes que a estimam*, queremos mostrar a discrepância de dados nas reportagens e se uma fonte é mais valorizada do que a outra no texto ou chamada, o que pode certificar uma predominância de um discurso adversário ou simpático ao acontecimento. Com os *personagens*, segue-se a mesma ideia: mostrar quem são as pessoas que têm voz naquele acontecimento quando ele é alçado à esfera midiática. São os manifestantes? Os políticos? Os artistas? Nesse sentido, criamos subcategorias para encaixar essas pessoas, conforme especificado no quadro acima.

Na categoria *Palavras que definem o acontecimento* e *Palavras que definem os personagens que participam do acontecimento* não vamos apenas listar quais palavras foram usadas para dar nome àquela ação ou àqueles participantes, mas também contabilizá-las a fim de que as mais usadas sirvam de guia para mostrar um sentido que relacione aquelas palavras a critérios de noticiabilidade positivos ou negativos no decorrer dos anos.

Optamos por enumerar essas ocorrências, pois, no estudo jornalístico, a Análise de Conteúdo pode combinar tanto critérios quantitativos quanto qualitativos,

promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido. (HERSCOVITZ, 2008, p.126)

Nesse contexto, queremos, com esses dados quantitativos, mostrar como os similares da palavra *protesto* aparecem – quando é conveniente – para emprestar uma conotação mais suave a essa expressão tão conflitante, que, de acordo com o dicionário Aurélio ⁸ de língua portuguesa, significa “desígnio ou resolução inabalável”; “reclamação, queixa”; ou ainda “protestação” que, por sua vez, é o “ato ou efeito de protestar”. E *protestar* quer dizer “levantar-se, insurgir-se, rebelar-se”.

Já as categorias *Descrição do acontecimento* e *Descrição dos personagens que participam do acontecimento* revelam como esses fatos e pessoas são emoldurados através de expressões-chave como “pacífica”, “alegre” ou “violenta”, por exemplo, entendendo-as como relatos positivos ou negativos sobre os atos. Da mesma forma, na parte dedicada ao *Critério de noticiabilidade na chamada*, queremos elencar qual foi a característica da manifestação destacada pelo jornal em suas chamadas, e verificar se ela é mais otimista ou pessimista em relação ao acontecimento em si.

Por fim, a *Síntese do conteúdo noticioso* foi uma categoria criada a partir de uma analogia ao *lead*. Ou seja, a síntese deve responder às perguntas “o que” (a partir da definição do acontecimento, por meio da palavra mais utilizada⁹); “quem” (a partir da definição dos manifestantes mais utilizada¹⁰ e do número de pessoas envolvidas segundo quais fontes de informação); “quando”; “onde”; “como” (a partir das descrições feitas pelo repórter no texto); e “por quê” (da maneira como encontramos no título, subtítulo ou lead da matéria).

Cabe evidenciar que o *lead* (ou lide) é, de acordo com Pena (2005, p. 42), “o relato sintético do acontecimento logo no começo do texto, respondendo às perguntas básicas do leitor”, ou seja, esses seis questionamentos aos quais nos referimos em nosso quadro de análise. O conceito do *lead* está intrinsecamente ligado à ideia de objetividade no Jornalismo, que busca oferecer a informação isenta de opinião e ideologia, e é por isso que decidimos escrevê-lo a partir de nossa própria análise dos conteúdos noticiosos.

⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio do Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁹ Caso tenha ocorrido empate no número de ocorrências, optamos por utilizar a que estiver no título da matéria.

¹⁰ Idem à nota acima.

Considerações finais

Neste momento, escolhemos pinçar, em cada um dos movimentos, a primeira edição de ambos os veículos que se encaixa em nossos critérios, ou seja, que tem o acontecimento estampado em chamada de capa.

Após a seleção, seguimos para a análise, de acordo com o protocolo metodológico que criamos, e que segue em quadros nos apêndices. Desde já, adiantamos que os resultados são bastante animadores e permitem inferir que o objeto da pesquisa tem potencial para se transformar em um trabalho acadêmico relevante.

Na análise de duas matérias das Diretas Já, em janeiro de 1984, encontramos muitas diferenças na cobertura da *Folha de S.Paulo* e de *O Globo*. Enquanto o primeiro noticiou todos os acontecimentos de janeiro, o segundo silenciou sobre a maioria, informando apenas sobre o comício na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25.

É possível analisar também que os conteúdos editoriais dos dois jornais refletem seus noticiários, uma vez que a *Folha de S.Paulo* se apresenta animada com as perspectivas do movimento, no mesmo dia em que noticia o primeiro ato (em Curitiba, no dia 12), mas *O Globo* se mostra mais reticente e pessimista, apenas dois dias após a manifestação na Praça da Sé, em editorial publicado na capa e intitulado *O comício da Sé*, em que associa a grande participação popular aos shows dos artistas presentes no ato, e não ao caráter político do acontecimento.

Os dois jornais se valem, nas chamadas, do mesmo critério de noticiabilidade: a participação popular, que entendemos como a notabilidade do evento, usando grande ocorrência da palavra *comício*, para definir o ato, e *multidão*, para definir os participantes. Nada de *protesto*. Pelo contrário, é uma *festa* política.

Já nos Caras-pintadas, enxergamos uma largada tímida dos dois jornais sobre os protestos. De novo, a *Folha de S.Paulo* sai na frente ao noticiar a manifestação do dia 8 de agosto de 1992. *O Globo*, por sua vez, só viria a chamar na capa um ato que ocorreu no dia 13, em que aposentados e pensionistas exigiam reajuste e aproveitavam a ocasião para pedir também o *impeachment* do então presidente, no centro do Rio de Janeiro. Sobre esse ato, a chamada de capa não tem título, só uma foto com legenda.

É possível notar que as duas coberturas iniciam-se com o valor-notícia da proximidade, uma vez que cada um noticiou o ato em sua cidade, com cobertura fotográfica e sem muito destaque, usando as palavras *ato*, *manifestação* e *passeata*, sem sequer mencionar, novamente, o *protesto*.

É apenas em 2013 que essa palavra aparece com muita evidência nas duas coberturas. Também são nessas coberturas que os critérios de noticiabilidade mudam para conflito e infração. Os dois veículos noticiam os protestos do dia 6 de junho daquele ano de maneiras parecidas, porque *O Globo* também dá algum relevo para o ato em São Paulo, apesar da distância geográfica, e as coberturas imagéticas, com fogo e pessoas com o rosto coberto, também reforçam a ideia de conflito nas duas publicações.

Até o momento, podemos considerar que a palavra *protesto* está ligada a critérios de noticiabilidade de conflito e infração, enquanto palavras como *manifestação* e *atos* estão associadas a critérios mais positivos, como a proximidade, a notabilidade e a relevância.

Essa constatação volta a aparecer em 2015. Apesar de os dois jornais usarem as mesmas cartolas com a expressão *Protestos de Março*, a palavra *protesto* fica relegada à função de coadjuvante nos textos e chamadas. E, da mesma forma, nenhum dos veículos relata ocorrências violentas. Inclusive, a *Folha de S.Paulo* afirma que os acontecimentos ocorrem sem incidentes e *O Globo* os caracteriza como pacíficos e tranquilos.

Sob a ótica dos personagens dos acontecimentos em todos os protestos políticos, de 1984 a 2015, podemos concluir que, nos atos políticos coletivos, embora a multidão seja definitivamente um dos critérios mais importantes não apenas para a notícia, mas também para que o próprio acontecimento exista, ela nunca foi muito personificada. Ou seja, o que a imprensa espera dela é que compareça e cumpra um papel de massa, que continue sem voz e sem destaque atrás de figuras repetidas e mais proeminentes, como políticos e artistas, embora o que esteja acontecendo naquele local seja – ironicamente – a reivindicação de mudanças políticas.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. LISBOA: Edições 70, 1977.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2011.

ESTANQUE, Elísio. Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 55, p. 85-111, 1999.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em Jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

LIMA, Venício. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. *In*: MARICATO, Ermínia [et al]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, p. 89-94, 2013.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 34-51.

MOULLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. *In*: MOULLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012a. p. 67-100.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 27-33.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 27-33.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são**. Volume 1. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2005b.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 7. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2002.